

jornaldasPME

Jornal das Pequenas e Médias Empresas de Portugal

Director: Joaquim Rocha da Cunha | Novembro de 2006 | Ano III | Número 15 | 1,50 euros

O PORTAL DAS
PEQUENAS E
MÉDIAS
EMPRESAS DE
PORTUGAL

www.pmeportugal.com.pt

■ É HORA DE APROVEITAR O ENORME DINAMISMO DA ECONOMIA ESPANHOLA

À CONQUISTA DE ESPANHA

Engrenar na internacionalização é objectivo das pequenas e médias empresas nacionais, que vêem agora um apoio fulcral na sua viragem para Espanha. Esse apoio, parte da Associação das PME-Portugal, que anunciou a abertura da sua De-

legação em Espanha, o resultado de uma parceria com profissionais espanhóis reconhecidos no mercado. Páginas 4 e 5

INTERNACIONALIZAÇÃO

Página 6

PORTA ABERTA PARA ENTRAR NA CHINA

Invest Hong Kong tenta atrair empresas portuguesas para investirem no mercado chinês.

PORTUGAL NO SEU MELHOR

Página 8

PAGAR E NÃO UTILIZAR

Pagar por algo que não se usufrui pode ser uma situação bizarra, mas não impossível. Um exemplo concreto está a viver a empresa Geo-Rumo

POLÍTICA ECONÓMICA

Páginas 10 a 12



PERSPECTIVAS SOBRE O OE 2007

As expectativas das PME's portuguesas em relação ao Orçamento de Estado para 2007 foram defraudadas pelo proposta do Governo. Pelas medidas apresentadas, as PME's continuam a ser o parente pobre da economia.

CLASUS® *Pense rápido, Execute mais depressa.*

Microsoft GOLD CERTIFIED Partner OEM Hardware Solutions

intel Channel Partner Premier Member 2005

notebooks: dynamic, LIVE

media centers: NVISIONS

desktops: NZXT

servers: STATION

www.clasus.pt

■ JOAQUIM ROCHA DA CUNHA, PRESIDENTE DA PME-PORTUGAL

A nossa prenda de Natal

Entramos nos meses decisivos do ano para uma boa parte da economia. O comércio a retalho faz nestes meses a maior parte do seu movimento. Esperemos que o poder de compra não tenha baixado tanto que provoque alguma derrapagem.

Enquanto os comerciantes e seus fornecedores tentam que o Natal iluda a crise, essa cujo fim foi decretado e depois revogado, parece ter acabado. Não pelas exportações, o Banco de Portugal revela a fragilidade da recuperação. Não porque o ICEP tenha feito algo por isso bem pelo contrário pois está e estará em liquidação – e Portugal sem política de exportações. Mas porque se por um lado se pedem e bem sacrifícios a quase todos, por outro insiste-se num projecto errado, caro e desnecessário, a Ota. Num país cuja tradição de obras públicas é o que se sabe, cujo actual Governo integra membros que aprovaram as SCUTs – que agora querem renegociar, que conseguiu o Euro'2004 mas nos obrigou a 10 estádios devolutos, qual a razão para a Ota? Espera-se que não seja aquela que Sousa Tavares deu na TVI, ou seja, interesses maiores se levantam. Ou a que um amigo meu economista e ex-jornalista me apontou: vai-se fazer, bem ou mal, vai-se despejar dinheiro na economia e ela recupera. Ou seja à D. João V. Mas sem ouro do Brasil. A questão é quem paga depois a conta? Serão as gerações futuras.

Este ano serviu para mostrar que temos sectores e sectores. Uns que têm que ser com-

petitivos, competir com a China, senão são liquidados. E outros, que são protegidos politicamente, não são concorrenciais, e pior que tudo, não servem realmente o país.

Os exportadores do têxtil, calçado, metalomecânica e outros, ou são competitivos ou fecham. A electricidade, a banca, as gasoleneiras e as telecomunicações, entre outros limitam-se a imputar os seus crescentes custos ou lucros extraordinários ao consumidor final. Há ainda outro sector que está fora, ou seja o sector público. Não importa se temos o maior rácio de funcionários públicos da Europa, mesmo se a Finlândia benchmark deste Governo tem o menor.

O sector produtivo, como chamaria ao primeiro, paga portanto as contas dos outros. Não temos política energética competitiva, consumidores e PME pagam a factura. EDP quer aumentar os lucros do seu monopólio, pagamos a conta. Gasoleneiras actuam em cartel face à “escalada” dos preços do crude, nós pagamos. Bancos não arredondam, nem arredondaram, nem querem saber das suas obrigações com os clientes e nós pagamos. A PT era e é ineficiente, mas nós pagamos e somos a isso obrigados, sob pena de ficarmos sem telefone.

Há portanto em Portugal, sectores e sectores. Uns sectores que produzem o que exportamos, outros sectores que vivem de monopólios naturais ou protecções políticas e o terceiro sector o do Estado que não produz para efeitos de PIB.

E enquanto mantivermos a ideia de que temos que concentrar grandes empresas para ter dimensão internacional, que a concorrência só se aplica às PME e às exportadoras, porque os outros necessitam de dimensão ou protecção (PT, EDP, bancos) por causa de interesses de soberania nacional, mantemos a ideia errada que vem do tempo da concentração industrial de Salazar, mas que agora em tons rosa, se tornou numa linguagem politicamente correcta e tens escribes pagos para o efeito.

Neste cenário ressalta que as entidades como a Autoridade da Concorrência, a ANACOM, o Banco de Portugal não fazem os que lhes compete, ou seja regular a actividade de sectores e supervisionar os seus agentes e práticas. Se alguém se queixa de abusos ou de burlas, então mandam-no para o Instituto do Consumidor ou para os tribunais! Que país é este em que as autoridades de supervisão e de regulação estão ao serviço de

quem deviam controlar e não dos cidadãos?

O senhor Presidente do IAPMEI diz que para ele não há pequenas ou grandes empresas, mas apenas boas ou más. Concorro. Mas se são boas ou más, também tem a ver com as externalidades negativas ou positivas do resto da economia. Ou seja, uma grande negociação como quer. Mas uma pequena tem que recorrer a meia dúzia de bancos, a um fornecedor de electricidade, ao preço comum do combustível, aos prazos e condições dos incentivos quando os há, à burocracia atávica que domina o país. Mas como o orçamento do IAPMEI baixa 66% em 2007, não se consegue vislumbrar onde poderão vir boas notícias para as PME!

A função do Ministério da Economia, para justificar a sua existência que alguns, porventura, excessivos liberais contestam, seria a de ter uma política de fomento micro-económico, que actuasse de facto e com metas e resultados sobre esta envolvente (financiamento, apoio às exportações, apoio à inovação nas empresas). E que o fizesse com as empresas que podem fazer o crescimento e que são o exército económico de reserva, ou sejam as PME, aquelas únicas que criaram emprego desde 2001. Mas não com um orçamento que seja metade do de 2006 e sem integração do que resta do ICEP na API.

Mas como temos Primeiro-Ministro, que de vez em quando dá boas notícias aos portugueses, este ano vai seguramente dizer ao meio milhão de empresários das PME, quais são e para que servem as nossas políticas micro-económicas. É a única prenda de Natal que queremos.



ENCONTRO DE NEGÓCIOS PME

Networking day

Em reunião informal, pretende-se incentivar os empresários a conhecerem-se, estabelecerem novos contactos e desenvolverem oportunidades de negócio, bem como debater as suas principais preocupações.

Entrada gratuita - Limitada ao número de inscrições

DESTINATÁRIOS
EMPRESÁRIOS E EMPREENDEDORES

DATA E LOCAL
PORTO | 07 DE DEZEMBRO | 19 HORAS
IPANEMA PORTO HOTEL

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
ASSOCIAÇÃO DAS PME-PORTUGAL
TLF.: 707 50 1234
FAX: 707 50 1235
E-MAIL: INFO@PMEPORTUGAL.COM.PT

associação
pme
portugal



ficha técnica

jornaldasPME
Jornal das Pequenas e Médias Empresas de Portugal

Esta edição é suplemento
ao Vida Económica n.º 1176,
de 24 de Novembro de 2006, não
podendo ser vendido separadamente

Director: Joaquim Rocha da Cunha | **Propriedade:** PME-Portugal - Avenida João XXI - N.º 755, 1.º Esq., 4715-035 Braga | Telefone: 707 501 234 | Fax: 707 501 235 | email: info@pmeportugal.com.pt | **Redacção e Departamento Comercial:** Avalanche d'Ideias - Rua André Soares N.º 755, 1.º Esq., Sala 7, 4715-035 Braga | Telefone: 253 609 988 | Fax: 253 206 432 | email: geral@avalanche-de-ideias.pt | **Grafismo e Produção:** Cunh@ | **Impressão:** Naveprinter | **Tiragem:** 30000 exemplares | **Depósito Legal** 225578/05 | Registo ICS: 124583 | Distribuição gratuita aos associados da PME-Portugal | **Preço de capa:** 1,50 euros

■ “UM ENCONTRO BASTANTE POSITIVO”, TESTEMUNHARAM OS EMPRESÁRIOS PRESENTES

Networking Day reúne 50 empresários no Porto

Um encontro informal entre empresários para trocarem experiências, debaterem opiniões e realizarem sinergias, foi o objectivo a que a Associação das PME-Portugal se propôs ao realizar, no passado mês de Outubro, no bar do Hotel Ipanema Porto, o Networking Day. Uma iniciativa que contou com o patrocínio da Caixa Leasing e Factoring.

A sessão, que contou com a presença de cerca de 50 empresários de diferentes sectores de actividade, ficou marcada pela apresentação individual de cada empresa participante e pela exposição dos principais obstáculos que se impõe ao desenvolvimento de cada negócio específico.

Debater a importância da PME foi outro dos pontos-chave da sessão, levando a que Carlos Sá Pereira, do grupo Barata Silva e Brandão, Lda. salientasse que “as pequenas e médias empresas não têm sido apoiadas como devem ser, nomeadamente em termos de incentivos. Existe ainda alguma falta de informação, formação e aconselhamento para aceder a esses mesmos incentivos. Não nos podemos esquecer que as PME’s são essenciais para o desenvolvimento económico do país e é preciso criar condições para que possam dar o salto, para progredirem”, acrescentando “este tipo de evento é fundamental para partilhar experiências, para trocar contactos, comunicar problemas, dar opiniões e, nesse sentido dar condições que lhes permitam dar o salto”.



■ Empresários, durante o Networking no Porto

Depois de Braga, a primeira iniciativa realizada na cidade do Porto revelou-se, igualmente, um sucesso pelo dinamismo e interactividade verificado entre os em-

presários e os membros da PME-Portugal. No final, o balanço foi bastante positivo e as opiniões unânimes, com os presentes a de-

clararem a necessidade de realização de mais eventos com cariz informal, onde os empresários possam falar livremente e trocarem contactos. Gil Macedo, director de Marketing da In-class, sublinhou que “funciona muito bem a forma, inclusivamente informal, como se realizam estes Networkings. Este tipo de reuniões é muito importante. Porventura, se estivessemos numa sala em plateia, as pessoas não estariam tão à vontade para falar. Gostei da forma e gostei do conteúdo. Ouvi ideias muito interessantes, o desabafo de muitas empresas, a necessidade que têm de ter apoio por parte da própria Associação das PME e um bem-haja à PME-Portugal por organizar este tipo de eventos”.

Também António Pinho, da AC Pinho, Lda. considerou “este género de eventos excelentes, devido à troca de impressões que aqui se fazem e que nos permitem aprender mais, e também para podermos fazer contactos”.

ANTÓNIO FARIA – OLD BRIDGE

“Este e outros eventos darão oportunidade aos que pretendem, como empresários, conhecer um pouco melhor o que é, de verdade, a PME-Portugal e que serviços disponibilizam para nos ajudar a superar algumas questões importantes”.

GONÇALO PEREIRA – RESTAURANTE CUFRA

“Acho a realização deste evento positiva a todos os níveis. A nível de conhecimento de outras empresas, a nível de conseguirmos apreender algumas situações onde temos a percepção dos diversos tipos de problemas. Acho que nos devemos unir e ajudarmo-nos mutuamente”.

JOSÉ BRAGA – AQUÁRIO

“Considero este evento bastante importante. Ouvi coisas muito interessantes que reflectem a panóplia da classe empresarial portuguesa e acho que era bastante importante que se realizasse com mais frequência. Vejo que não estou sozinho”.

■ COM O OBJECTIVO DE RESPONDER ÀS NECESSIDADES DAS PME'S

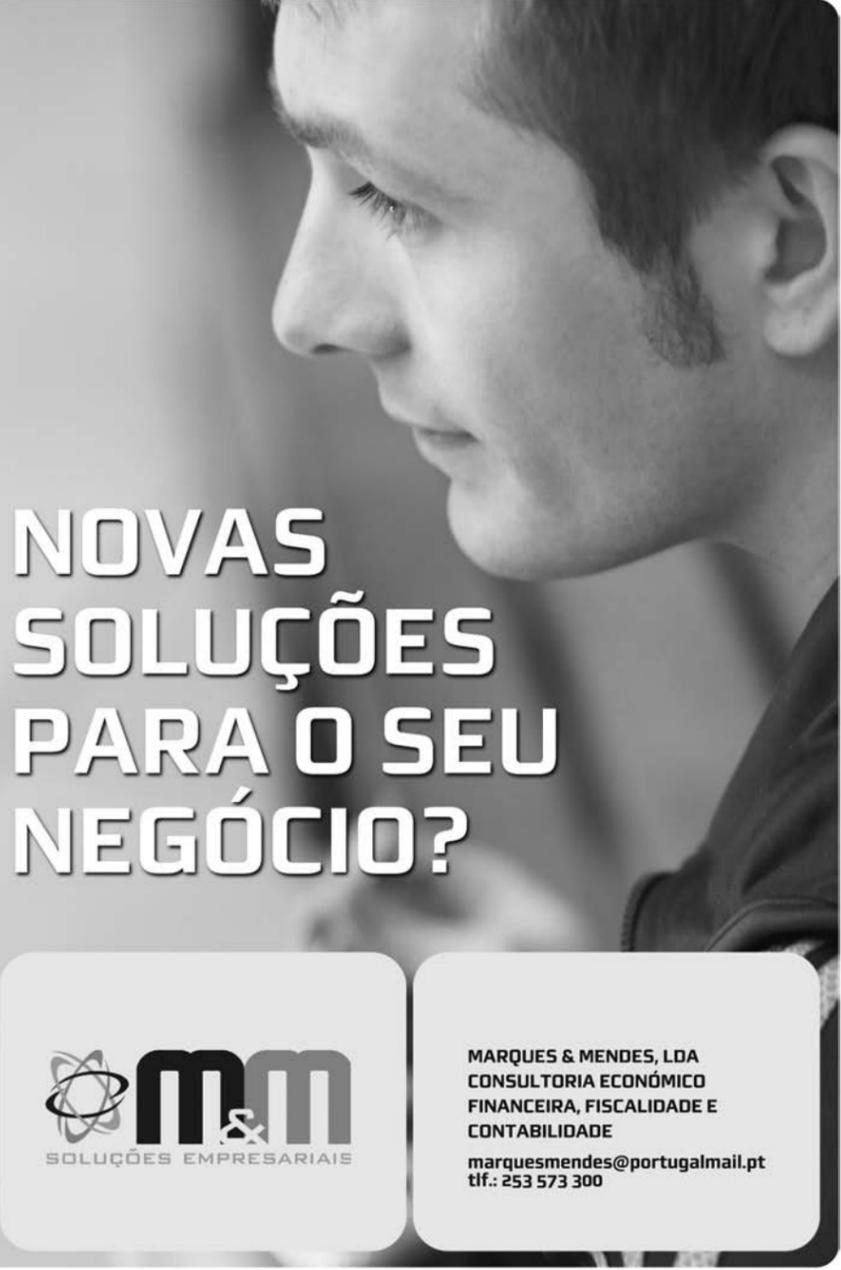
Associação PME-Portugal e SGS-ICS assinam protocolo

No âmbito do Roadshow Informativo que a Associação das PME-Portugal realizou no passado mês de Outubro, em diversas localidades do país, na sessão que se realizou em Braga, foi assinado um protocolo de colaboração entre a SGS-ICS e a PME-Portugal.

Através deste acordo serão desenvolvidas actividades relacionadas com certificação de serviços e com iniciativas que respondam às necessidades das micro, pequenas e médias empresas de Portugal, nas áreas de actuação de ambas as entidades.

Joaquim Cunha, presidente da Associação das PME defende que “este protocolo é um reflexo da estreita parceria entre a Associação e a SGS ICS, constituindo uma mais-valia, pois assegura aos nossos associados as melhores condições do mercado para Certificação do Serviço”.

Por sua vez, Maria João Nascimento, directora executiva da SGS ICS, afirma que “a Certificação do Serviço permite distinguir o que de melhor existe nos serviços específicos de cada organização, assegurando as expectativas dos seus clientes, com o máximo rigor e objectividade”.



NOVAS SOLUÇÕES PARA O SEU NEGÓCIO?



MARQUES & MENDES, LDA
CONSULTORIA ECONÓMICO
FINANCEIRA, FISCALIDADE E
CONTABILIDADE

marquesmendes@portugalmail.pt
tlf.: 253 573 300

■ DELEGAÇÃO DA PME-PORTUGAL EM ESPANHA APOIA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS PME'S

A aposta portuguesa no mercado espanhol

Investir capital português no estrangeiro, apostar na abertura de marcas nacionais noutras países e criar empresas no mercado internacional é uma realidade na qual Portugal tem feito uma aposta permanente.

Desde de 1990 que o investimento directo português no exterior (IDPE) aumentou substancialmente reflectindo o clima económico global e resultando num crescente envolvimento das empresas portuguesas no mercado internacional.

Espanha revelou-se, desde sempre, um destino de canalização de fundos portugueses tendo representado mais de 40% do total do IDPE, ocupando em 2005 a segunda posição nos países de eleição para investimento português.

Com cerca de 40 milhões de habitantes, uma situação económica que há 12 anos consecutivos tem vindo a crescer acima da média europeia e uma situação política e social estável, Espanha é o destino de 27% das exportações portuguesas, alberga 300 empresas lusitanas, recebe cerca de 2 milhões de turista e exporta 29% dos seus produtos para Portugal.

Com uma intenção crescente em investir em Espanha, as empresas portuguesas procuram apoios e informações de modo a orientarem-se correctamente no país vizinho, para vencer num mercado onde o poder de compra dos consumidores duplicou nos últimos 20 anos.

A partir de Vigo, PME-Portugal apoia empresários portugueses

Engrenar na internacionalização é objectivo das pequenas e médias empresas nacionais, que vêem agora um apoio fulcral na sua viragem para Espanha. Esse apoio, parte da Associação das PME-Portugal, que anunciou, no passado mês de Outubro, a abertura da sua Delegação em Espanha, o resultado de uma parceria com profissionais espanhóis reconhecidos no mercado.

A plataforma, instalada em Vigo, prestará assessoria e apoio na constituição e no acompanhamento das pequenas e médias empresas, serviço de consultoria para o desenvolvimento da actividade no mercado espanhol e, disponibilizará um Escritório Virtual, ou seja, irá permitir aos empresários utilizarem o endereço da Delegação com telefone e fax, a morada social, fiscal e comercial, aplicarem a Internet como suporte técnico e instalarem uma placa publicitária com o logótipo da firma, nas instalações da delegação.

De acordo com Joaquim Rocha da Cunha, presidente da PME-Portugal, esta plataforma tem como objectivo "ajudar as PME's a en-

tenderem qual a melhor altura para entrarem no mercado espanhol e qual a melhor forma de o fazerem, informando-as e apoiando-as".

Alberto Rocha, delegado da PME-Portugal em Espanha, durante o anúncio da abertura da plataforma, fez questão de referir que "Espanha tem muita sorte em ter Portugal como vizinho. Há cerca de dez anos começou a haver um grande interesse por parte das empresas portuguesas a apostarem em Espanha. Inicialmente começaram por ser as grandes empresas, fazendo com que Portugal se torna-se uma economia emergente, transmitindo uma ideia muito positiva do país. Chegou a vez das Pequenas e Médias Empresas", sublinhou.

FERPINTA: INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ESPANHA COM RESULTADOS BASTANTE POSITIVOS

Um sucesso português no mercado espanhol

Um caso de sucesso no processo de internacionalização e investimento em Espanha é o da Ferpinta, uma empresa cuja área de actividade se centra no fabrico de tubos de aço soldados.

Iniciado em 1995, o processo de internacionalização e a abertura da empresa em Espanha deveu-se, essencialmente, à reduzida dimensão do mercado nacional, ao término das fronteiras para produtos da União Europeia e à previsível entrada de produtos espanhóis no mercado português.

Considerado um mercado apetecível, devido à sua dimensão dez vezes superior à de Portugal, a aposta em Espanha prendeu-se, de igual modo, com a maior proximidade da unidade industrial da empresa.

No que toca à estratégia de internacionalização, esta assentou na constituição de uma empresa de direito (Ferpinta España S.A.), na abertura de entrepostos comerciais e num serviço just-in-time aos clientes industriais. Por outro lado, a nomeação de novos agentes comerciais e a introdução de uma política de relações, baseada no marketing relacional, bem como o investimento em equipamentos produtivos de avançada tecnologia, susceptíveis de criar vantagens comparativas quanto à produtividade e qualidade, são outros dos pontos de estratégia de internacionalização da empresa.

De acordo com Carlos Manuel Rodrigues, representante da empresa, a Ferpinta é o maior produtor independente ibérico e possui uma maior flexibilidade de gestão, em relação aos seus principais concorrentes.

Uma aposta vantajosa que permitiu à empresa crescer e alcançar excelentes resultados.

Actualmente a empresa tem delegações em Madrid, Córdoba e Santiago de Compostela.

O QUE A PME-PORTUGAL OFERECE À SUA EMPRESA?

Tipos de apoios locais prestados:

- Assessoria e apoio na constituição e no acompanhamento da sua empresa;
- Disponibilização de um Escritório Virtual;
- Serviço de consultoria para o desenvolvimento da sua actividade no mercado espanhol.

Assessoria feita pela plataforma:

- Estudo, realização e apresentação das Declarações de Liquidação obrigatórias para a empresa;
- Elaboração de contabilidade, contas anuais, memórias e relatórios de gestão;
- Planificação de alternativas que possibilitem reduzir as cargas fiscais do exercício;
- Assistência em Inspeções Tributárias, contestações e recursos no âmbito Tributário;
- Assessoria financeira (renting, leasing, apólices de crédito e hipotecas);
- Gestão de seguros;
- Para qualquer acção judicial ou extrajudicial que requeira a intervenção de profissionais de direito. A empresa gozará de um tratamento especial dos advogados da Proactive & Proasa.

O que oferece?

- Toda a colaboração necessária para levar a cabo as suas actividades financeiras e comerciais no mercado Espanhol;
- Recrutamento e selecção de pessoal;
- Acompanhamento na negociação com entidades financeiras;
- Estudos de mercado e planos de viabilidade.

Passa a dispor de:

- Incubação, possibilidade de se estabelecer no centro financeiro e comercial de Vigo;
- Completa cobertura de serviços empresariais disponíveis de forma imediata;
- Organização flexível e ajustável à sua medida.

Quais as vantagens?

- Sem investimento inicial;
- Gastos controlados nos serviços;
- Ajuda nos trâmites legais e burocráticos no momento de iniciar a actividade.

Serviços de consultoria:

- Gestão de abertura de novos contactos comerciais;
- Gestão de planos de viabilidade;
- Estudos de mercado.

Serviço de atendimento telefónico:

- Atendimento telefónico no horário de expediente;
- Aviso imediato de comunicações urgentes.

Serviço de Secretariado:

- Mecanografia de documentos e dactilografia de cartas;
- Agenda de reuniões e visitas;
- Realização e envio de e-mail's comerciais.

Contactos:

Delegação Espanha
Gran Vía, 22, 1º,
36203 Vigo
Telf: 00349 8648 3283
pme.espanha@pmeportugal.com.pt

HIDRAULI CONCEPT

Canalizamos a inovação para si.

SOCIEDADE DE CANALIZAÇÕES, S.A.
Rua Nova do Campinho, 1 - 4435-751 BAGUIM DO MONTE
Telefone: +351 224 854 540 - Fax: +351 224 854 549
e-mail: geral@hidraulicconcept.mail.pt

■ ENTREVISTA A VITAL MORGADO, ADIDO COMERCIAL DE PORTUGAL EM ESPANHA

É hora de aproveitar o enorme dinamismo da economia espanhola

Quais os principais factores que levam as empresas portuguesas a investirem em Espanha?

Penso que a principal razão que atrai as empresas portuguesas a investirem em Espanha é a de tentarem aproveitar o enorme dinamismo da economia espanhola que cresce há 12 anos consecutivos acima da média europeia. Para muitas empresas, o mercado nacional tornou-se pequeno para rentabilizarem os seus negócios e querem aproveitar as enormes potencialidades de negócio que representa um mercado com quem temos uma fronteira de 700 quilómetros e cuja economia é 6,5 vezes maior que a nossa.

O grande interesse de investimento português em Espanha leva a pressupor que o mercado espanhol oferece inúmeras vantagens. Pode referir-nos quais são?

As vantagens são evidentes. Trata-se de uma economia que vai crescer este ano a um ritmo superior a 3,5%, que tem fronteira com Portugal e que tem bastantes semelhanças linguísticas e culturais conosco. Dada a proximidade geográfica, os custos logísticos para as empresas portuguesas são mais baixos o que torna os seus produtos e serviços mais competitivos no mercado espanhol. As nossas vendas para Espanha passaram de 40 milhões de euros em 1980, para mais de 8.000 milhões em 2005. Em 25 anos cresceram 200 vezes.

Que sectores investem, maioritariamente, em Espanha?

O sector da energia, da banca, actividades imobiliárias e o retalho, são os sectores mais importantes em termos de investimento português em Espanha.

Que tipo de barreiras é que as



■ Vital Morgado, Adido Comercial de Portugal em Espanha

empresas podem encontrar em Espanha?

Penso que as barreiras/dificuldades são em tudo muito idênticas às que qualquer PME portuguesa poderá encontrar se investir noutro qualquer país de União Europeia. Eventualmente algumas barreiras serão até menores, como é o caso da questão linguística e da proximidade cultural. Para uma PME será, concerteza, muito mais fácil ultrapassar estas questões em Espanha, do que investir na Polónia ou na República Checa.

Agora, o que se passa é que o mercado espanhol é muito competitivo e quem quiser ter sucesso em Espanha tem que conhecer bem as especificidades dos mercados, do sector onde se vai ter que movimentar e, essencialmente, ter um produto ou serviço inovador e competitivo em termos de qualidade/preço.

Com que apoios é que as PME podem contar, ao investirem em Espanha?

Os apoios diferem consoante as Comunidades Autónomas, mas para os investimentos de PME os apoios são essencialmente para formação.

Nem todas as empresas conseguem vencer no mercado espanhol.

Pode apontar-nos algumas causas para esse insucesso?

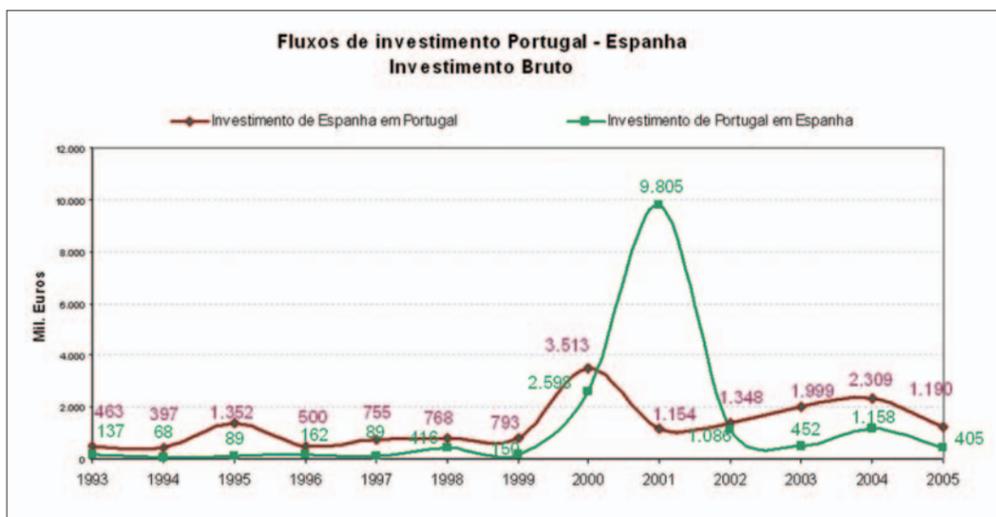
Geralmente a causa dos insucessos é uma inadequada preparação da empresa durante o processo de investimento em Espanha, quer seja através de um fraco conhecimento do mercado e da sua concorrência, quer seja pelo facto de ter um produto ou serviço que não está adaptado às características do consumidor espanhol.

As estatísticas do investimento

Quando questionado, sobre a evolução do investimento português em Espanha, em termos estatísticos, Vital Morgado apresentou este gráfico onde podemos observar os fluxos de investimento entre Portugal e Espanha, no período de 1993 a 2005.

Através da imagem podemos observar a discrepância existente entre o investimento português em Espanha e o investimento espanhol em Portugal, concluindo-se que a aposta portuguesa no país vizinho foi muito superior à aposta espanhola em Portugal.

Destaque-se o ano 2001, onde o fluxo de investimento português em Espanha atingiu o pico máximo, alcançando os 9.805 milhões de euros



START
Prémio Nacional de Empreendedorismo

O BPI, a Microsoft e a Universidade Nova de Lisboa criaram o START - Prémio Nacional de Empreendedorismo, um projecto que nasceu para premiar e divulgar as ideias inovadoras para a criação de Empresas nos mais variados ramos. E para que seja mais fácil tornar o seu sonho uma realidade, um júri independente e de grande prestígio vai atribuir um prémio de € 40.000 ao vencedor e um prémio de € 10.000 ao segundo classificado (estes valores revertem para o capital social da empresa). Os oito finalistas têm também direito a pacotes de software Microsoft e condições especiais no BPI. Para se candidatar, envie um sumário sucinto sobre o seu negócio/ideia (até 750 palavras) para o site www.PremioStart.com, até ao dia 18 de Dezembro de 2006. Participe neste concurso. A sua ideia merece muito mais do que ser uma simples ideia.

Venha criar a sua empresa.

Candidaturas até 18 de Dezembro.
Para mais informações, visite www.PremioStart.com

Organização:



HONG KONG: CENTRO FINANCEIRO E DE NEGÓCIOS LÍDER À ESCALA GLOBAL

Porta aberta para entrar na China

A Associação das PME-Portugal, em parceria com a Invest Hong Kong (entidade criada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong), promoveu, em Lisboa, no início do mês, um encontro de negócios para as pequenas e médias empresas portuguesas investirem na China, tornando-se assim mais competitivas.

Através desta iniciativa, a PME-Portugal pretendeu proporcionar à meia centena de empresários presentes a oportunidade de conhecerem as possibilidades de negócio na China, em particular em Hong Kong.

Esta parceria com a Invest HK permitirá às PME's nacionais "acederem a informação de qualidade e em tempo útil, permitindo-lhes aconselhamento jurídico, financeiro, fiscal e legal para que invistam e exportem para a China, tendo como plataforma Hong Kong", referiu, durante este encontro, o presidente da PME-Portugal, Joaquim Rocha da Cunha.

Investimento estratégico

Mike Rowse, director-geral da Invest HK, aconselha as empresas a, "estrategicamente, investirem em Hong Kong e fazerem negócio através de parceiros locais no mercado chinês".

Segundo este responsável, enquanto "Hong Kong é um centro financeiro e de negócios", a China surge "apenas como um centro de comércio". Daí, Hong Kong

constituir "um bom ponto de partida". À questão "porque vão as empresas para Hong Kong?", Mike Rowse, responde com quatro pontos: "apresenta-se como base ou plataforma para a região Ásia-pacífico; como base para todo o território chinês; como centro de coordenação do Sul da China; e como um mercado doméstico que está no meio do círculo Este da Ásia, Japão e Singapura".

O director-geral da Invest HK acrescenta ainda que "Hong Kong é o único centro financeiro internacional da China, o que significa: capital livre para ser movimentado; sistema bancário forte; 'free-flow' de informação total; e sistema legal e jurisdição independentes", sublinhando que "em toda a China, só Hong Kong detém estas condições".

Mercado a explorar rapidamente

Uma vez que o governo chinês prevê abolir incentivos e reformar o sistema fiscal em 2008, Jaime Esteves, da Pricewaterhouse Coopers, aconselha as empresas a explo-

raem o mercado chinês o mais rapidamente possível. "A China é um país com condições muito atractivas para as empresas portuguesas, por isso faz todo o sentido os empresários portugueses posicionarem-se e investirem neste país".

No entanto, realça que não será em áreas como o consumo e retalho que as empresas portuguesas terão capacidade de operar na China, dado que "não temos marcas fortes e as multinacionais já estão há muito tempo neste país".

Já nos produtos metalomecânicos, eléctricos e electrónicos, bem como nas componentes para a indústria automóvel, as empresas portuguesas podem afirmar-se no mercado chinês, pois há uma forte procura de média tecnologia.

Jaime Esteves não excluiu o interesse da China nas empresas dos sectores têxtil e do

calçado, sustentando que a via que fiscalmente seria melhor passaria pelo registo das empresas em Hong Kong.

A China possui igualmente um grande potencial de negócio na área das infra-estruturas, obras públicas, construção civil e do cimento. Sendo áreas muito apetecíveis por parceiros chineses.

Este responsável salientou ainda que "para potenciar a competitividade fiscal do negócio", as empresas "deverão aproveitar os acordos de dupla tributação de Hong Kong com a Holanda, Bélgica, Portugal ou mesmo Singapura".

Além disso, a Madeira poderá funcionar também como "uma boa plataforma na ligação China-Hong Kong-União Europeia e vice-versa, na escolha da melhor forma de gestão dos respectivos sistemas fiscais, mais benéficos para as PME's portuguesas.

O CENTRO DA ÁSIA

Hong Kong é o centro da Ásia em todos os sentidos. É o centro principal global e regional para o negócio e finanças, sendo o lugar escolhido para 3 800 sedes regionais e escritórios regionais que representam companhias em todo o mundo.

Por mais de século e meio, Hong Kong serviu como ponto de acesso para a China. Não existe outra localização melhor para obter especialização, informação e estruturas necessárias para conectar com o mercado chinês.

As empresas estrangeiras continuam a comercializar com a China através de Hong Kong, especialmente pequenas empresas com intenções de vender no mercado chinês.

Logo a seguir à China, Hong Kong é o segundo maior receptor de Investimento Direto Estrangeiro na Ásia e o 7º a nível mundial.

Últimos dados económicos (2005)

- Crescimento real do PIB: 7,3%
- Balança comercial global de Hong Kong: 473 mil milhões de euros
- Hong Kong classificou-se em 11º lugar na lista das maiores entidades comerciais do mundo
- Em 2004, o sector dos serviços contribuiu com 90% para o PIB e representou 86% do emprego total em 2005
- Influxo de turistas em 2005: 23 milhões
- Fluxo de carga portuária total: 22,6 milhões de TEU

Vantagens-chave de Hong Kong

- Fluxo livre de informação
- Um excelente local para fazer negócio
- Impostos simples e reduzidos
- Localização estratégica
- Porta para a China
- Infra-estruturas de nível mundial
- Mão-de-obra especializada
- O Acordo de Parceria Económica Reforçada: acordo de comércio livre celebrado entre Hong Kong e a China que oferece muitas oportunidades de expansão de actividades na China que não estejam disponíveis a partir de qualquer outra base sem ser Hong Kong.

INVEST HONG KONG

Departamento criado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong com vista a fortalecer Hong Kong como centro-chave de negócios e de investimento.

Oferece apoio a todas as empresas, independentemente do sector ou volume de investimento, que pretendam estabelecer ou expandir o seu negócio em Hong Kong.

Todos os contactos são conduzidos com base na confidencialidade, sendo a prestação dos serviços pela Invest Hong Kong gratuitos.

Esta entidade possui também escritório em Bruxelas que cobre a maior parte dos países da União Europeia, incluindo Portugal.

Para mais informações: www.investhk.gov.hk



sevenforma

INTEGRAMOS SOLUÇÕES

A proposta de valor da sevenforma consiste na integração e personalização das soluções, à medida das necessidades de cada Cliente.

O nosso portfolio de soluções inclui:

- Consultadoria em Sistemas de Gestão
 - Gestão de Projectos
 - Sistemas Integrados de Gestão (SIG)
 - Gestão da Qualidade
 - Gestão dos Processos de Negócio
 - Gestão da Informação
- Sistemas de Informação (SI)
 - Auditoria de SI
 - Planeamento de SI
 - Implementação de software de gestão
 - Assistência Técnica
- Tecnologias de Informação
 - Infraestrutura tecnológica
 - Redes de Comunicações
 - Segurança Informática
 - Mobilidade
 - Assistência Técnica
 - Internet
 - E-business
- CAD Management (para Empresas / Gabinetes de projecto)
- Formação



Diagrama de Gestão SIG: Um triângulo centralizado com 'SIG' no topo. Os vértices são 'Gestão' (topo), 'Organização' (base esquerda) e 'Recursos' (base direita). Linhas de conexão ligam 'Gestão' a 'Gestão de qualidade' e 'Gestão de processos de negócio'. Uma linha de conexão ligam 'Organização' e 'Recursos' a 'Gestão de sistemas de informação' na base.

CONSULTADORIA, FORMAÇÃO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, LDA.

Praça Camilo Castelo Branco, 28 4700-209 Maximinos - Braga
 Tel. 253 268 163 Fax: 253 268 165
 E-mail: contacto@sevenforma.com ; sevenforma@mail.telepac.pt;
www.sevenforma.com

Parceiros:



■ ADMISSÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS À BOLSA É IMPORTANTE PARA A ECONOMIA

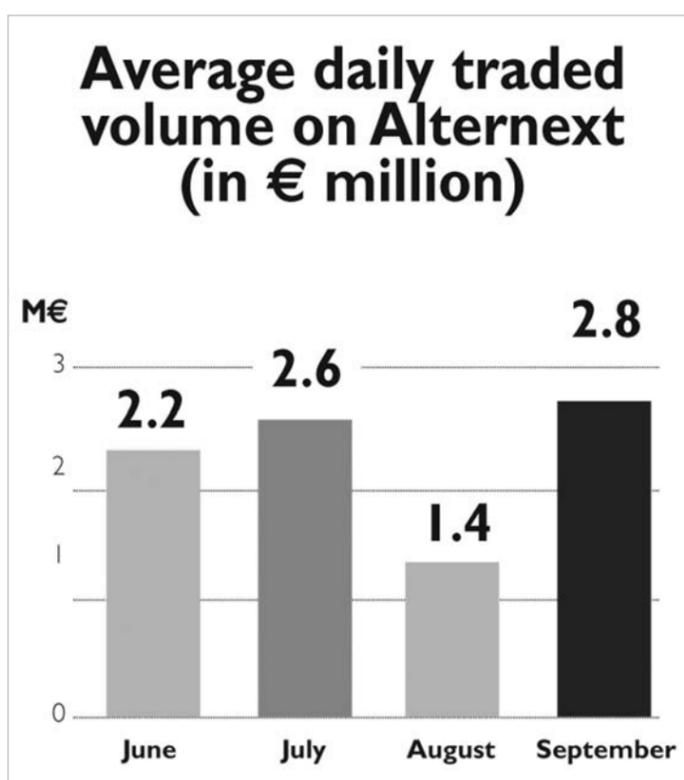
Alternex: um mercado à medida das PME's?

As medidas de apoio fiscal às PME's, para poderem aceder ao mercado de capitais, foram adiadas por não estarem reunidas as condições para a sua aprovação. Apesar das expectativas de que o Orçamento de Estado para 2007 (OE'07) trouxesse alguns incentivos de apoio à entrada das PME's na Bolsa visando a dinamização do mercado de capitais, conforme pretendia o presidente da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Carlos Tavares, tal não se verificou.

Porém, e como referiu o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, "não estamos ainda em condições para aprovar".

Face à proposta de redução de IRC para as PME's que pretendem entrar na Bolsa, apresentada conjuntamente pela CMVM e pela Euronext Lisboa, não estar contemplada no OE'07, Carlos Tavares que haverá outras oportunidades. Pois, o recurso de capitais é do interesse das próprias PME's e que não deveriam ser necessários incentivos, logo à partida.

Por sua vez, o gabinete de Comunicação e Média da Euronext Lisboa, referiu, em declarações ao



■ Gráfico representativo das variações do Alternex

Jornal das PME que "a admissão das PME à cotação na Bolsa é importante ao nível da economia, do país e da própria empresa, pois potencia oportunidades de crescimento

e de investimento". Logo, assim que houver uma empresa que queira integrar este mercado e reúna as condições, o mercado Alternext irá arrancar.

EM QUE CONSISTE O ALTERNEX?

O grupo Euronext criou um mercado de capitais vocacionado para as PME's – Alternext – que se caracteriza pela maior flexibilidade na prestação de informação. Sendo que conta já com mais de uma centena de empresas cotadas em Paris e em Bruxelas, segundo dados da própria Euronext.

O Alternext abriu oficialmente em 17 de Maio de 2005, não estando ainda introduzido na Bolsa portuguesa. Este novo mercado foi criado pela Euronext como forma de satisfazer a necessidade de um processo simplificado de acesso ao mercado de capitais pelas empresas de pequenas e médias capitalizações. Será, assim, um mercado de referência da zona Euro para as PME's.

Em última análise, a Alternext foi criada para as PME acedem aos mercados financeiros através de uma via alternativa, que tem requisitos mais fáceis e vai de encontro às suas aspirações e objectivos.

Os requisitos simplificados de admissão e as regras de negociação são as apropriadas para as necessidades destas empresas, em que as regras asseguram também aos investidores a transparência com:

- procedimentos especiais de admissão;
- um modelo de mercado desenhado para elevar a liquidez;
- e os 'listing sponsors' que acompanham as entidades emittentes ao longo da sua vida enquanto empresa cotada.

Como refere Pascal Leurquin, coordenador da Evadix (a primeira empresa a constar da Alternext, em Bruxelas), a presença da Alternext em múltiplos mercados europeus irá "realçar a consciência da marca e moldar a sua identidade". Como se verifica no Gráfico houve uma capitalização de mercado média de 2,6 milhões de euros e uma duplicação do número de empresas a constar neste mercado.

■ PME'S CONTINUAM A AGUARDAR ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

OE 2007 não inclui incentivos à entrada em Bolsa

O Ministro das Finanças parece continuar a entender que ainda não estão reunidas as condições para aprovar os incentivos de apoio à entrada de PME's em Bolsa. Isto porque, contrariamente ao que se esperava, tais incentivos não foram contemplados no Orçamento de Estado para 2007.

Se, por um lado, é conhecida a capacidade, forma e importância que as PME's têm para a economia nacional. Se, por outro lado, a sua entrada em Bolsa se traduziria na dinamização do mercado de capitais. Então, porque vem agora o Governo, designadamente o Secretá-

rio de Estado do Tesouro, sugerir que os benefícios fiscais não são factores decisivos para a entrada das PME's em Bolsa? Antes, considera que são mais uma forma de financiamento?

Para o vice-presidente da PME-Portugal, Paulo Peixoto, é claro que se trata de uma forma de financiamento. Mas, "são estas formas de financiamento que têm faltado e continuam a faltar às PME's e que, paralelamente, são instrumentos de gestão ao dispor dos grandes grupos económicos, que muito bem deles se aproveitam para catapultar os seus fantásticos resultados", acrescenta.

ESTARÃO AS PME'S PORTUGUESAS DESINTERESSADAS RELATIVAMENTE AO MERCADO DE CAPITAIS?

Não. O mercado nacional actual é que está desadaptado. Existem Bolsas de PME's, com condições, exigências e atractividade diferentes, nos EUA, Espanha, França, entre outras. Certo é que no Nasdaq podem cotar-se PME's com 10 milhões de euros, e em Portugal não.

OS ESFORÇOS DA EURONEXT E DA CMVM VÃO NO SENTIDO DE PROMOVER A ENTRADA NO MERCADO PORTUGUÊS DE NOVAS SOCIEDADES?

Sim. Se se efectivar de facto a criação de um novo mercado que permita a entrada de sociedades com dispersão e capitalização dos 2,5 a 5 milhões de euros. E desde que não se criem excessos de regras, comissões e condições de supervisão.

Qualifique a sua empresa!

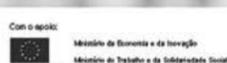
programa gestores pme

Acolha na sua empresa estagiários nas áreas:
Gestão da Qualidade | Gestão da Segurança e Higiene do Trabalho*

Para mais informações

PME-Portugal – Gestores PME
Rua André Soares, 129, 1º Esq.
4715-002 Braga

Tel.: 707 50 1234
Fax: 707 50 1235
info@pmeportugal.com.pt



Contempla vertente opcional de especialização em HACCP



TREZE MULHERES, TREZE IDEIAS, TREZE FUTURAS EMPRESAS

Empreendedoras PME em Aveiro

O Programa Empreendedoras PME inicia uma nova edição, desta vez na cidade de Aveiro, e integra treze mulheres com um único objectivo comum, criar o seu próprio negócio.

A escolha da cidade surge no seguimento da assinatura do protocolo de parceria entre a Associação das PME-Portugal e a Universidade de Aveiro, destinado à promoção da formação de quadros, da educação e da investigação, permitindo o desenvolvimento do programa de empreendedorismo nas instalações que o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro (ISCAA) disponibilizou, estando a dar todo o apoio e acompanhamento logístico para a sua realização.

A formação pós-graduada, a formação em contexto de trabalho e o empreendedorismo, são outros dos pontos considerados primordiais no protocolo de colaboração entre as duas entidades.

A nova edição do Empreendedoras PME permite a treze mulheres, com idades compreendidas entre os 24 e os 40 anos, invertendo a situação de desemprego e criam o seu próprio emprego.

Com formação superior em áreas distintas, estas empreendedoras apresentam várias ideias de negócio que abrangem desde a expressão dramática, à geriatria, arquitectura, yoga, olaria, ciências, ocupação de tempos livres, moda, organização de eventos, engomaria, extracção de algas, até "briquetas", negócios que pretendem concretizar e fazer vingar no mundo empresarial.

Sandra Martins, licenciada em Gestão de Empresas, integrou o Empreendedoras PME, com o intuito de adquirir conhecimentos práticos de como abrir uma empresa. De acordo com a formanda "este programa é extremamente importante, principalmente para quem não tem noções na área da gestão, contabilidade e fiscalidade. É essencial que as pessoas adquiriram conhecimentos que lhes sejam úteis no dia-a-dia da empresa, como por exemplo, saber preencher os papéis. E noto que nas aulas as dúvidas incidem maioritariamente sobre este assunto".

Desempregada de longa duração, Sandra Martins pretende criar uma empresa de Organização de Eventos, mesmo sabendo que já existem muitas no mercado, a empreendedora acredita que as suas ideias inovadoras são uma mais valia para o sucesso do seu futuro negócio".

Também Ana Paula Abreu começa a dar



Programa Empreendedoras PME a decorrer na cidade de Aveiro

os primeiros passos no mundo dos negócios. Esta empreendedora tenciona criar uma empresa que lida directamente com algas, fazendo-as crescer, para posteriormente extrair produtos das mesmas, tais como a lutaína.

"A inovação na minha empresa consiste no facto dos produtos serem produzidos a partir de algas porque, esses produtos já existem mas são produzidos a partir de outras matérias-primas. Eu quero combater a concorrência, extraindo o produto de matérias-primas que estão sempre disponíveis e são fáceis de produzir", afirma a futura empresária.

No que toca à importância do curso Empreendedoras PME, Ana Paula Abreu considera-o "essencial, não só pela ajuda monetária mas, também, pelos conhecimentos que transmite e pelo facto de ajudar a combater o desemprego".

Saliente-se que este Programa, uma iniciativa da PME-Portugal, se encontra dividido em quatro fases: Formação, Consultoria, Apoio Técnico e Arranque da Empresa, que assentam na formação em sala, onde as empreendedoras seleccionadas têm a oportunidade de elaborar os seus planos de negócio e usufruem de apoio consultivo e de tutoria ao arranque e desenvolvimento do projecto.

Uma das grandes vantagens do Empreendedoras PME baseia-se no facto de que todos os projectos com viabilidade económico-financeira têm a possibilidade de beneficiar, conforme as regras aplicáveis, de um prémio financeiro de apoio ao arranque do negócio. Para além disso, as Empresárias do Programa terão oportunidade de pertencer a uma rede de informação interactiva e de acompanhamento no desenvolvimento dos seus negócios.

PORTUGAL NO SEU MELHOR

Pagar e não utilizar

Pagar por algo que não se usufrui pode ser uma situação bizarra, mas não impossível. Um exemplo concreto está a viver a empresa Geo-Rumo – Tecnologia de Fundação, S.A., que se vê confrontada a pagar uma factura mensal de aluguer de uma central telefónica, mesmo que essa central não se encontre nas suas instalações.

Tudo começou quando Paulo Araújo, proprietário da Geo-Rumo, alugou uma central telefónica à PT, através de um contrato VIP, com prazo de instalação em 24 horas. Após a instalação foram detectados vários problemas, nomeadamente de som, no módulo GSM, e alterações de atendimento quando recepcionavam uma chamada, que foram sendo resolvidos lentamente pela PT, com excepção do GSM.

Farto da situação, Paulo Araújo propôs trocar o módulo, na tentativa de uma resolução, mas nunca obteve nenhum tipo resposta da PT Comunicações.

Como se tornava numa situação insuportável, afectando gravemente o funcionamento da empresa, a alternativa encontrada pela Geo-Rumo foi pedir a rescisão do contrato.

O que torna caricata a situação é que, segundo afirma Paulo Araújo, a Portugal Telecom foi levantar o equipamento, mas continua a debitar o valor do aluguer.

Este episódio decorre desde Janeiro de 2005 e, todos os meses têm sido debitados cerca de 75 euros junto com a factura telefónica, obrigando o proprietário da empresa a pagar, para que não fique sem linha de telefone.

Após vários telefonemas e cartas de reclamação, a resposta da PT surge a afirmar que o contrato terá que ser cumprido até ao fim (Janeiro de 2007), mesmo que não esteja a usufruir do aparelho.

Para tentar esclarecer a situação, o Jornal das PME contactou a Autoridade Nacional da Comunicação (ANACOM), que nos remeteu para o Instituto do Consumidor, por ser uma questão contratual.

É Portugal no seu melhor.

Dê-nos a sua opinião...

Portugal no seu melhor! é uma secção aberta a todos aqueles que queiram alertar para situações da nossa economia que considerem ser necessário alterar.

Para tal, envie-nos os seus artigos para: geral@avalanche-de-ideias.pt

O Jornal das PME reserva o direito de publicar apenas excertos dos artigos que nos são dirigidos.

Programa Formação 35 Horas

35 Horas de Formação, que certamente irão melhorar o seu negócio e o seu entendimento com o exterior. Qualifique os seus Recursos Humanos, cumpra a legislação e venha conhecer os nossos pacotes de promoção.

Não se deixe ultrapassar, esteja atento, cumpra a legislação e aposte, na qualificação.

inscrições pelo site www.pme.online.pt ou pelo tel.: 707 50 1234

instituto **pme** formação

ipme INSTITUTO PME

LICENCIATURA

- **Curso Superior de Gestão Imobiliária***
1º ciclo de 3 anos conforme Processo de Bolonha



Cursos certificados por
European Council
of Real Estate Professions
www.cepi.be

MBAs

- **Avaliação Imobiliária*** *8ª Edição*
- **Gestão, Promoção e Montagem de Negócios Imobiliários***

PÓS-GRADUAÇÕES

- **Direito e Fiscalidade no Imobiliário**
- **Reabilitação Urbana**
- **Gestão das Cidades**
- **Patologias e Reabilitação de Edifícios**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- **Avaliação Imobiliária*** *9ª Edição*
- **Angariador Imobiliário**
- **Mediação Imobiliária****
- **Gestão e Administração de Condomínios** *4ª Edição*
- **Reabilitação Urbana**
- **Perito Avaliador das Finanças**
- **Perito Avaliador Judicial**
- **Marketing Imobiliário**

* Certificado pela CMVM - Comissão de Mercados de Valores Mobiliários

** Reconhecido pelo IMOPPI - Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias

Tel.: 21.839.20.00 / Fax: 21.839.20.60 / E-mail: esai@esai.pt

Praça Eduardo Mondlane, 7C Marvila

1950-104 Lisboa

Homepage: www.esai.pt

18º

Aniversário

ESAI
Escola
Superior
de Actividades
Imobiliárias



Protocolos com:



Universidade
de Salford
Manchester,
Reino Unido



Universidade
de Fontys
Eindhoven,
Holanda



Fac. Católica de Ciências
Empresariais da Baía
S. Salvador,
Brasil



Universidade
Miguel Hernández
Elche,
Espanha



Universidade
Nacional da Liberdade
Lisboa



Liberdade
Editora de Estudos
Liberais



Associação Portuguesa
de Empresas de Gestão
e Administração
de Condomínios



Associação
dos Agentes Técnicos
de Arquitectura
e Engenharia



Associação Portuguesa
das Empresas
de Mediação Imobiliária



Associação Nacional
dos Avaliadores
Imobiliários



Associação
dos Industriais
da Construção
de Edifícios



Sindicato
Nacional
dos Engenheiros



Associação
Nacional
dos Engenheiros
Técnicos

■ AUMENTA A VORACIDADE TRIBUTÁRIA DO GOVERNO SOBRE AS EMPRESAS E OS PORTUGUESES

Perspectivas sobre o Orçamento de Estado 2007

De acordo com a proposta apresentada pelo Governo de José Sócrates, e que será votada no próximo dia 30 de Novembro, o Orçamento de Estado para 2007 (OE 2007) enquadra-se no processo de consolidação orçamental, sendo, segundo o relatório, um contributo para o conjunto de reformas que Portugal tem que empreender com vista a aproveitar, em favor dos seus cidadãos e empresas, as oportunidades decorrentes do rápido crescimento da economia mundial.

A proposta para o OE 2007 define que a consolidação orçamental se coloca num novo patamar de exigência, baseado na diminuição da despesa primária, visando reduzir o défice das contas públicas nacionais.

As prioridades definidas neste relatório passam pela aposta na ciência, na tecnologia, na inovação e na sua relevância para o desenvolvimento da actividade económica no quadro do Plano Tec-



nológico; pela aposta na qualificação dos portugueses; pela pro-

moção política de combate à pobreza em favor dos idosos assen-

tes no princípio "dar a quem mais precisa". Outra das prioridades

deste Orçamento baseia-se em presidir ao Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2007.

Em relação ao crescimento real da economia, as estimativas apontam para que em 2007 se verifique um aumento de 1,8% e que a taxa de desemprego baixe do valor médio de 7,6% (registo em 2006) para 7,5%. Um crescimento que de acordo com o relatório, continuará a assentar no bom desempenho do sector exportador e contará com uma evolução positiva do investimento, bem como, com uma melhoria do consumo privado motivado pelo crescimento do rendimento real disponível das famílias em 2%. No que respeita ainda às exportações, o Banco de Portugal divulga no boletim de Outubro a previsão de um crescimento de 9% este ano, contra a anterior estimativa de 8,4%.

A proposta de OE 2007 refere, ainda, que esta política permitirá

uniGnosis
CONSULTORIA DE GESTÃO

Consultoria Económico - Financeira, Fiscalidade, Auditoria, Estratégia e Avaliação

Rua do Salgueiral 62 1º loja 15, Porto
tlm.: 912 227 690



jorge mendes
UNIPESSOAL, LDA

Consultoria e Auditoria nas Áreas da Qualidade, Ambiente e Segurança

jorge.mmendes@netcabo.pt
tlm.: 914 589 308



reduzir a despesa total da Administração Pública, no Produto Interno Bruto de 46,3% em 2006, para 45,4%, da despesa primária de 43,4% para 42,4% e da despesa corrente primária de 39,8%, em 2006, para 39%.

Domínio Fiscal

No que toca ao domínio fiscal, a proposta revela que será prosseguida uma política assente nas orientações do PEC, recusando por isso o recurso ao aumento dos impostos. A política fiscal deverá apostar na melhoria da eficiência e da eficácia da administração tributária, no combate à fraude e a evasão, no reforço da equidade e no reforço da competitividade da economia. Nesse sentido as apostas do governo passam por:

- Limitação das práticas de planeamento fiscal que visam baixar as taxas efectivas de tributação;
- Intensificação ao combate à economia paralela;
- Revisão dos benefícios fiscais, tendo em vista a simplificação e a eliminação dos que são contrários à equidade fiscal ou aos objectivos da política económica e social;
- Aposta no reforço da competitividade das empresas através da redução de custos de contexto;
- Contemplação de benefícios tendo em vista a criação de empresas;
- Incentivos às empresas com intuito de criação de emprego.

Perspectivas económicas para 2007

A projecção de uma recuperação do ritmo de crescimento do PIB português, de 1,4% em termos reais em 2006, para 1,8%, em 2007, é uma das perspectivas saídas deste Orçamento de Estado.

Para além disso, prevê-se que as exportações permaneçam a componente mais dinâmica da procura global, desacelerando ligeiramente face a 2006, em virtude do abrandamento previsto no crescimento dos mercados externos.

Perspectiva-se que a procura interna se caracterize por uma expansão moderada, sendo a recuperação face a 2006 sensível à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Tal expansão moderada é compatível com a continuação de uma trajectória de redução gradual dos desequilíbrios macroeconómicos da economia portuguesa, em especial nas vertentes orçamental e externa.

O crescimento previsto da actividade económica possibilitará uma ligeira redução da taxa de desemprego, a qual se deverá situar em 2007 a um nível médio de 7,5%. Mais acentuada será a descida da taxa de inflação, medida pela variação média anual do Índice de Preços ao Consumidor



(IPC), para a qual se antevê um valor de 2,1%, correspondendo a um diferencial nulo face à área do euro.

O cenário macroeconómico assenta sobre um pressuposto de contenção de custos e de margens de lucro, essencial à concretização das trajectórias previstas para a inflação, o desemprego, as exportações e o PIB.

Para 2007, o défice esperado das Administrações Públicas, na óptica da contabilidade nacional, subjacente à proposta orçamental é de 5.909,5 milhões de euros (37% do PIB), numa linha de cumprimento do objectivo orçamental de contenção das despesas públicas e na prossecução de diminuição do défice definido no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Face ao défice estimado para 2006, o valor orçamentado representa uma evolução positiva de 0,9 pontos percentuais do PIB. Em termos absolutos, estima-se uma efectiva melhoria do sector global em 1.117,9 milhões de euros. Relativamente à Administração Regional e Local, e Fundos de Segurança Social, apesar de se prever uma evolução positiva dos seus saldos, estes deverão manter o seu peso actual de execução de 2006.

Este comportamento é explicado por uma redução da despesa primária em 1.462,4 milhões de euros, 0,7 pontos percentuais do PIB, face à estimativa de 2006, em consonância com a tendência de subida da dívida pública e o aumento da respectiva taxa de juro implícita, verificados no anos transacto, também se prevê que em 2007, os juros aumentem em 0,1 pontos percentuais do PIB.

De acordo com o Orçamento, a

evolução favorável das receitas correntes reflecte o comportamento das receitas fiscais em consonância com o objectivo de combate à evasão fiscal. A receita total para 2007 deverá manter o seu peso relativo no PIB, contrariamente à despesa que, em resultado da taxa de crescimento de 2,6%, esperada para 2007, deverá reduzir-se em 0,9 pontos percentuais. Esta tendência deverá ter maior expressão a nível da despesa corrente, a qual com uma taxa de crescimento de 2,9%, deverá ver o seu peso reduzido em 0,7 pontos percentuais do Produto Interno Bruto.

O saldo da Segurança Social deverá apresentar uma variação positiva de 89 milhões de euros,

com uma taxa de crescimento das contribuições sociais de 5,7%, idêntica à das prestações sociais, situação mais favorável do que a verificada nos anos mais recentes.

Um olhar sobre as medidas do Ministério da Economia e da Inovação

A proposta de Orçamento de Estado para 2007 sublinha que um dos objectivos centrais do Governo passa pela promoção do crescimento sustentado da economia nacional, estimulando a emergência de um novo modelo económico que, reconhecendo o papel central das empresas e da concorrência dos mercados, fo-

mente uma competição baseada em recursos humanos qualificados, I&D e inovação, marketing, design, formação e qualidade, e na cooperação com instituições de Ciências e Tecnologia, criando condições para uma internacionalização sustentada das empresas assente nestes novos factores. Para tal, foi aprovado o Plano Tecnológico que pretende convocar o país para o conhecimento, a tecnologia e a inovação, como pilares fundamentais do crescimento sustentado.

O Ministério da Economia e Inovação irá prosseguir na sua missão de conceber, executar e avaliar as políticas dirigidas às actividades económicas, designadamente de produção de bens e prestação de serviços, incluindo as indústrias extractiva e transformadora, a energia, o comércio e o turismo, assim como as políticas horizontais dirigidas à inovação, visando a competitividade e internacionalização das empresas, as políticas dirigidas à defesa dos direitos dos consumidores e as políticas de regulação dos mercados.

Neste quadro, constituem áreas de intervenção prioritária deste ministério para 2007, a promoção da competitividade e da inovação das empresas e a internacionalização da economia e actuação em matéria de serviço, comércio, turismo, energia e defesa dos consumidores.

A despesa total consolidada do Ministério da Economia e da Inovação ascende a 705,4 milhões de Euros, o que corresponde a 0,4% do PIB e a 1,3% da despesa da Administração Central, verificando-se um decréscimo na ordem dos 46,2% comparativamente à estimativa de execução de 2006.

■ MEDIDAS NÃO SÃO PROPÍCIAS AO INVESTIMENTO

OE 2007 não é favorável às empresas

As expectativas das PME's portuguesas em relação ao Orçamento de Estado (OE) para 2007 foram defraudadas pela proposta do Governo de José Sócrates. "É um orçamento constringido" e de "aparente rigor, mas que mantém o essencial da despesa corrente", afirma a Direcção da PME-Portugal. Para além de não incluir os incentivos fiscais à adesão das PME's ao novo Alternex (Bolsa das PME's) que arrancará em Abril do próximo ano, os cortes verificados nos investimentos públicos não são positivos para os agentes económicos".

Em vez de se cortar na despesa, os cortes verificam-se no investimento. A título de exemplo, a PME-Portugal realça os cortes verificados ao nível do Ministério da Economia, considerando tal facto "uma derrota para o motor do crescimento".

Assumindo posição crítica em relação ao OE para 2007, a PME-Portugal considera que "as PME's continuam a ser o parente pobre da economia", contrastando com a sua importância económica quer ao nível das exportações, quer da manutenção de postos de trabalho.

"Com este orçamento, as empresas e os contribuintes continuam a pagar a crise orçamental e ainda se está a fazer muito pouco para relançar a economia", acrescentam os dirigentes da PME-Portugal.

O OE visto pelos grupos parlamentares

MIGUEL FRASQUILHO, DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD

“Um orçamento que não serve os interesses do país”

Qual a posição do PSD em relação ao Orçamento de Estado para 2007?

É um orçamento que não serve os interesses do país, é um orçamento que não controla como devia a despesa pública, e como tal continua a aumentar a carga fiscal sobre os portugueses e leia-se, sobre as famílias e sobre as empresas, era a última coisa que o país precisaria, mas é isso que vai acontecer.

É um orçamento em que a despesa pública sobe em valores record, nunca antes atingido, sobe mais do que em 2006 e mais do que a inflação. Não há nenhum controlo da parte do Governo no que toca à despesa pública e, na minha óptica, era essencial que houvesse. Eu sei que é difícil cortar na despesa, mas também penso que nunca houve tantas condições em Portugal para que isso acontecesse. Portanto, bastaria ter havido vontade política, vontade reformista. E, realmente, este Governo até agora não o mostrou. Não sei se no futuro o mostrará, eu espero que sim.

Caracterize o Governo, em traços gerais.

Incapaz de controlar a despesa pública e, portanto, faz com que a carga fiscal continue a aumentar. Isto irá reflectir-se negativamente na vida dos portugueses. Ainda no passado dia 14 de Novembro, o boletim do Banco de Portugal referia que um dos factores para o estado anémico da economia portuguesa e que mais tem penalizado as famílias e as empresas, é o aumento da carga fiscal. Isso acontece porque o governo socialista quando subiu ao poder em 2005 fez o maior aumento de impostos de que há memória nos últimos 20 anos, seguramente, em Portugal. Foi um aumento brutal de impostos, foram 9 impostos aumentados e continuam, a ser aumentados, todos os anos. Porque ainda agora para 2007 temos o aumento para o imposto sobre os combustíveis, aumento do imposto sobre o tabaco, as taxas da ADSE para os funcionários públicos que são contribuições, temos as

taxas moderadoras na saúde, a fiscalidade para os deficientes. Isto é uma voracidade fiscal que não tem explicação. Não encontro nenhum aspecto positivo do OE para 2007.

Como vê a situação das PME's neste OE 2007?

Eu penso que as PME's estão muito descuradas por este Governo, e isso vê-se pelo ministro da Economia. Este Governo dá importância, essencialmente, a grandes projectos de investimento. Quando estamos a falar em PME's, elas representam 99,6% do tecido empresarial português, portanto penso que fica tudo dito sobre a importância que as PME's têm no nosso tecido empresarial e também sobre a importância que o Governo concede as PME's ao estar sempre a falar em grandes projectos de investimento.

Há um desfasamento absoluto entre a realidade do tecido empresarial face à proposta do OE para 2007.

O meu partido apresentou uma proposta que penso que é importante para as PME's em termos de fiscalidade. Foi a apresentação de um escalão de IRC de 15% para os primeiros 100 mil euros de matéria colectável. Isto afecta evidentemente qualquer empresa e afecta positivamente, mas afecta mais as PME's.

Não é a proposta que nós consideraríamos mais desejável, nós quereríamos baixar efectivamente o IRC para todas as empresas e para a matéria colectável geral, mas entendemos que como o PSD não é Governo, não é possível. O governo tem dado mostras de continuar um despesismo desenfreado, ou pelo menos não controlar a despesa como devia estar a controlar e, portanto, o PSD entende que de facto não sendo Governo não estão reunidas as condições para fazer uma proposta destas, pois não é ao PSD que cabe a responsabilidade de controlar a despesa pública.

COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DO CDS-PP

“Este orçamento é um erro”



CERTIFIQUE A SUA EMPRESA!

**PROGRAMA
CERTIFICAÇÃO DA
QUALIDADE**

A PME-Portugal e a Start Ideia apresentam um programa de apoio técnico, acompanhamento e formação especialmente a pensar nas Pequenas e Médias Empresas. Se quer implementar um Sistema de Gestão da Qualidade e Posterior Certificação, de acordo com a Norma NP EN ISO 9001:2000, não hesite, inscreva-se já!

INSCRIÇÕES:

Tel.: 707 50 1234

Fax.: 707 50 1235

www.pme.online.pt

info@pmeportugal.com.pt

uma parceria:

associação
pme
portugal



De acordo com as declarações do CDS-PP, a política orçamental portuguesa continua a ser marcada pelos imperativos da consolidação orçamental. Essa é uma necessidade própria das finanças públicas portuguesas e da economia nacional, independentemente de constar também das exigências do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no quadro europeu.

Este partido político salienta o facto de se ter tornado notório que o bloqueio do défice só terá resolução através de uma profunda reforma das funções do Estado e do seu entendimento quanto ao modo de prestação e de garantia social, a qual pode envolver a necessidade de revisão de alguns preceitos constitucionais ultrapassados e bloqueadores.

O défice, sendo um problema, não é o problema principal. O verdadeiro problema é a despesa pública: a sua estrutura e o seu peso exagerado.

Só o ataque do problema pela frente da despesa pública permitirá resolver ao mesmo tempo, o problema financeiro e o problema económico português, e trará soluções que serão verdadeiramente duradouras no tempo.

O CDS-PP aponta uma meta: que a despesa pública não exceda cerca de 40% do PIB.

Salientando que, só esta acção determinada sobre a despesa e o modelo de Estado, irá permitir reduzir a carga fiscal e, por essa via, aproveitar a conjuntura favorável, estimular um crescimento mais acelerado, retomar a rota de convergência com a UE, criar mais riqueza e mais emprego, responder às aspirações dos portugueses, em especial das gerações mais novas.

No que toca ao OE 2007, a Comissão Política Nacional do CDS-PP, considera-o um erro. Apesar de reconhecer o esforço do Governo para que o défice público se situa-se em 4,6% no final do corrente ano e que ficasse nos 3,7%, no final da execução do OE 2007, afirma que o es-

forço não tem sido suficiente e que continua a ser conduzido pelo lado errado, nomeadamente devido à maior predação fiscal sobre os portugueses, com atenuação simultânea de objectivos e metas mais exigente quanto à despesa pública.

O CDS sublinha, ainda, no que concerne ao OE 2007, o Governo faz o contrário do que devia, e define uma política orçamental em que não só é o Estado que continua a “comer” todos os ganhos do crescimento económico, com também quer todos os ganhos do combate à fraude e à evasão fiscal, como inclusivamente, ainda, aumenta a sua voracidade tributária sobre os portugueses.

Em síntese, o CDS refere que: porque o OE traduz um aumento real da despesa pública e o abandono de metas mais ambiciosas e exigentes fixadas pelo próprio Governo, no seu “Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009”; porque representa novos agravamentos de impostos e contribuições para muito portugueses, em particular os mais vulneráveis, como é o caso dos reformados e pensionistas, deficientes e doentes internados, numa linha claramente errada que é ainda, em parte substancial, de consolidação orçamental pelo lado das receitas; porque o OE 2007 continua a traduzir-se num agravamento da dívida pública nacional e porque evidencia uma política em que o Estado é o único beneficiário dos ganhos de eficiência na arrecadação fiscal e o captor de um crescimento económico acima das previsões, a Comissão Política do CDS-PP vai votar contra o Orçamento de Estado 2007.

Nota:

Apesar das diversas tentativas de contacto com o Partido Socialista, até ao fecho desta edição não conseguimos obter nenhuma análise ao OE 2007 por parte do seu Grupo Parlamentar do PS.



Tome uma decisão fácil. Para variar.



Vodafone Pro. Uma oferta completa de telemóveis, tarifários, serviços e apoio a clientes especializado.

HTC P3600

€50 no Plano Pro 40 e Serviço de E-mail Móvel com equipamento por €27,5/mês (inclui 30 MB). 24 meses na rede Vodafone. Exclusivo Empresas e Profissionais.

Informe-se através do 800 910 200 ou em www.vodafone.pt.

Viva o momento.
now



O “Nacional Porreirismo”



Sérgio Teles
Engenheiro e Administrador
de Empresas de I&D
Vice-Presidente da Direcção
Nacional da PME Portugal

A expressão não é minha. Li-a num artigo de uma revista enquanto fazia os meus mensais trajectos aéreos Portugal-“algures na Ásia”. Devo confessar que é uma definição muito aproximada de uma atitude bem portuguesa mas que nos pode ser fatal. É esta atitude que faz com que seja “normal” uma empresa ou o Estado não pagar a horas a um fornecedor, que por sua vez não paga a horas ao sub-empregado que por sua vez repete o hábito, acabando o fim da linha por ter um problema sério que é como pagar aos seus funcionários.

É este Nacional Porreirismo que faz

com que um polícia permita ser ultrapassado numa rua em que o limite de velocidade é de 50 km/h por um automobilista que pode até ir a 100 e não fazer nada ou que os controlos de velocidade nessas vias urbanas (exemplo de Braga) seja feito com um carro descaracterizado é certo mas que todos conhecem (conhecem o Corolla azul?) e que só falta ter um letreiro “RADAR”, reduzindo assim a sua função ao apanhar dos distraídos que, o mais certo, é ir ao telefone em vez de funcionar como um agente dissuasor da velocidade excessiva – ponham-se todos os controlos obrigatoriamente e verdadeiramente escondidos a ver se não resulta...!

Esta atitude permite também que os políticos fiquem impunes pelos danos que causam ao País (ex. estádios de futebol...) ou pelas promessas que nos fazem durante a campanha eleitoral e que logo que são eleitos se apressam a esquecer, tornando-os em mentirosos descarados – lembrem-se das promessas “não subir os impostos”, “não pôr portagens nas SCUT”?

O pior é que este Nacional Porreirismo leva a uma falta de exigência que se manifesta a quase todos os níveis. Por exemplo, vemos alunos a fazer greve para não terem aulas de substituição, quando o normal seria exigí-los pois eles pagam (indirectamente, através dos impostos, mas pagam!) para as ter, consumidores que são burlados pela banca e ficam impunes (os arredondamen-

“

Não podemos continuar eternamente à espera que alguém faça alguma coisa! Esse alguém somos nós, sim você que está a ler este artigo também faz parte desse alguém! Em vez de andarmos a dizer o que devia ser feito, façamos! Somos nós neste país e não uns quaisquer outros! Se não o fizermos nós, ninguém o fará. Façamos então alguma coisa!

”

tos...) pois ninguém se levanta contra eles, DVDs (só para citar um exemplo) copiados ilegalmente que se vendem livremente e às claras na maioria das feiras tradicionais como se estivéssemos na China, pessoas que continuam a queimar lixo tóxico (ex. plásticos) sem que alguém faça algo, valas sejam abertas a tiro de dinamite em zonas residenciais sem as necessárias licenças, enfim, a lista seria tão longa que não chegariam as páginas deste jornal.

O resultado de tudo isto é uma economia doente pois os honestos não podem competir com os desonestos sendo obrigados a operar desta maneira “cinzenta” se querem sobreviver (há sectores em que é regra, sendo o da política o mais evidente).

Pede-me o leitor agora a receita? Não há uma receita milagrosa! Mas há uma coisa que podemos e devemos fazer, e se todos fizermos então surtirá resultado: exigir, denunciar, actuar, usar as instituições existentes – associações profissionais, sindicatos, organizações de defesa de consumidores, etc. – mas fazê-lo pensando no bem de todos e não apenas em nós próprios. Não podemos continuar eternamente à espera que alguém faça alguma coisa! Esse alguém somos nós, sim você que está a ler este artigo também faz parte desse alguém! Em vez de andarmos a dizer o que devia ser feito, façamos! Somos nós neste país e não uns quaisquer outros! Se não o fizermos nós, ninguém o fará. Façamos então alguma coisa!

Activos | Horário Pós laboral FORMAÇÃO 2006 II SEMESTE



Braga

Inscrições Abertas

- ▼ **AValiação de Riscos**
30 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **IMPLICAÇÕES DECORRENTES DO DL 273/2003 PARA SEG. NA CCOP**
30 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **O PROCESSO CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL**
60 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO COM MACROMEDIA DIRECTOR**
92 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **GESTÃO DE CONTRATOS E REGIME JURÍDICO NA C.C.O.P.**
80 horas | Novembro | Horário Pós laboral

Porto

- ▼ **FOCALIZAÇÃO POR PROCESSO (ISO 9001:2000)**
30 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **ACTUALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE SHST**
40 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **ELABORAÇÃO DE PLANOS DE EMERGÊNCIA**
30 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **FORMAÇÃO GERAL EM SEGUROS**
70 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **O PROCESSO DE LICENCIAMENTO INDUSTRIAL**
74 horas | Novembro | Horário Pós laboral



INSCRIÇÕES
www.pme.online.pt
info@pmeportugal.com.pt
tel: 707 50 1234
fax: 707 50 1235

OFERTA DE SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO ► FORMAÇÃO FINANCIADA

Financiamento, Apoio e Promoção



TEL. 707 50 1234

FAX 707 50 1235

info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt

Activos | Horário Pós laboral FORMAÇÃO 2006 II SEMESTE

Braga

- ▼ **PAGINAÇÃO**
80 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **CRIAR E GERIR UM WEB SITE COM DREAMWEAVER**
90 horas | Novembro | Horário Pós laboral

Porto

- ▼ **AValiação de Projectos de Investimento**
80 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **LEGISLAÇÃO COMERCIAL - NOÇÕES ELEMENTARES**
20 horas | Novembro | Horário Pós laboral
- ▼ **LEGISLAÇÃO LABORAL - CESSAÇÃO DO CONTRATO**
30 horas | Dezembro | Horário Pós laboral

Inscrições Abertas

OFERTA DE SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO ► FORMAÇÃO FINANCIADA

INSCRIÇÕES

www.pme.online.pt | info@pmeportugal.com.pt | tel: 707 50 1234 | fax: 707 50 1235

Financiamento, Apoio e Promoção



Entidade Formadora



■ CDS-PP ALERTA PARA EXCESSO DE REGULAMENTAÇÃO E FALTA DE MEDIDAS FISCAIS

Apoios não correspondem às reais necessidades das PME's

O presidente do CDS-PP elogiou o projecto do Centro de Incubação Empresarial da Associação das PME-Portugal. Segundo Ribeiro e Castro "este tipo de projectos deveriam multiplicar-se pelo país porque são bastante importantes".

Esta afirmação surgiu durante a reunião que o CDS-PP solicitou à Direcção da PME-Portugal, com o objectivo de conhecer as exigências e os problemas das micro, pequenas e médias empresas que. Na óptica de Ribeiro e Castro, as PME's são "fundamentais para a economia portuguesa porque são o sector mais inovador e com maior

capacidade para a criação de emprego".

No entanto, considera que "não existe o apoio e a compreensão suficientes para as necessidades das PME's". Aliás, "o excesso de regulamentação e a falta de medidas fiscais adequadas" são problemas que o CDS-PP não quer deixar passar em branco.

Ribeiro e Castro sublinhou ainda a necessidade de "um maior diálogo entre os organismos decisores e as associações que representam directamente as micro, pequenas e médias empresas". Isto porque, "para que se apercebam dos problemas e para que haja uma maior sensibilidade, é preciso falar directamente com associações que represen-



■ Joaquim Cunha, presidente da PME-Portugal e Ribeiro e Castro, presidente do CDS-PP

OPINIÃO



ANTÓNIO VILAR

* Advogado, Professor Universitário

Poder disciplinar e nova gerência

Ao chegar à gerência de uma certa sociedade (cujas quotas adquiri) verifiquei que existiam graves irregularidades disciplinares praticadas por um trabalhador (familiar próximo do antigo gerente) que não tinham sido sancionadas até então.

Pretendo exercer o poder disciplinar contra o trabalhador agora que sou gerente. Tenho algum prazo para respeitar?

O empregador tem poder disciplinar sobre os trabalhadores que se encontrem ao seu serviço, podendo aplicar sanções disciplinares proporcionais à gravidade da infracção e culpabilidade do infractor. A conduta censurável do trabalhador, violadora dos deveres de conduta inerentes à disciplina da empresa, confere ao empregador legitimidade para reagir promovendo o respectivo procedimento disciplinar (art. 396º n.º 1 e 371º do CT).

O procedimento disciplinar tem de ser exercido nos 60 dias subsequentes àquele em que o empregador, ou o superior hierárquico com competência disciplinar, tiveram conhecimento da infracção, sendo que a infracção disciplinar prescreve no prazo de 1 ano a contar do momento em que teve lugar (art. 372º do CT).

A administração e representação da sociedade por quotas, por outro lado, são confiadas à gerência, as quais são exercidas por uma ou mais pessoas singulares com capacidade jurídica plena (art. 252º, n.º 1 e 259º do CSC).

Por isso, cumpre dizer que na contagem do prazo de caducidade, é irrelevante, em termos de exercício do poder disciplinar, a mudança dos titulares dos órgãos de gerência, não constituindo tal evento causa de suspensão ou interrupção do prazo para o exercício da acção disciplinar. Consequentemente, não tendo o titular do órgão de gerência, à data da prática dos factos, exercido tempestivamente o poder disciplinar relativamente ao trabalhador infractor, não pode o novo titular do órgão, decorridos já sessenta dias sobre o conhecimento da prática desses factos, vir exercer acção disciplinar relativamente àquele, em contradição com o comportamento assumido pelo anterior titular do órgão.

Entender, assim, que a mudança de titular do órgão de gerência conduziria ao reinício da contagem do prazo de caducidade, frustraria os objectivos de segurança e certeza subjacentes à imposição daquele prazo.

Só o exercício do poder disciplinar no prazo legal pode, com efeito, satisfazer os resultados e objectivos pretendidos, pois o exercício legítimo do poder disciplinar contribui para o equilíbrio das relações entre os trabalhadores, mantendo o seu comportamento em perfeita sintonia com os interesses da empresa. Por outro lado, sabe-se que uma actuação disciplinar tardia ou mesmo displicente pode agravar os efeitos e implicações que lhe são inerentes.

Considerando que o poder disciplinar é discricionário, o empregador (ou o superior hierárquico com competência disciplinar) poderá, se assim o entender, no prazo de 60 dias a contar da data em que tomou conhecimento da infracção, promover o respectivo procedimento disciplinar contra o trabalhador. O que não é legal é invocar a mudança da gerência para, assim, dar início a nova contagem do prazo para o exercício do poder disciplinar.

tam o sector, associações como a PME-Portugal".

No final deste encontro com o presidente da PME-Portugal, Joaquim Rocha da Cunha, e os seus vice-presidentes, Paulo Peixoto, Paulo Araújo, Sérgio Teles e José Augusto Castelo Branco, o líder do CDS-PP, acompanhado por José Paulo Areias de Car-

valho, deputado à Assembleia da República eleito pelo círculo do Porto, visitaram o Centro de Formação da PME-Portugal, situado na Av. da Boavista, no Porto, e conheceram algumas das mulheres que frequentam o programa Empreendedoras PME, cuja principal ambição é a de criar o seu próprio negócio.



ANTÓNIO ROQUE CONSULTORES

Organização De Empresas
Qualidade
Ambiente
Higiene e Segurança no Trabalho
Higiene e Segurança Alimentar
Marcação CE
Licenciamentos
Formação
Auditorias

antonio.roque.2@netvisao.pt
tel.: 919 706 759

jornaldasPME

Jornal das Pequenas e Médias Empresas de Portugal

Reduza até

70%

a factura telefónica da sua empresa

pme telecom

Mais Informações
tel.: 707 50 1234
info@pmeportugal.com.pt
www.pmeportugal.pt

Gestor Profissional para melhorar eficácia dos tribunais

Aguardar as alterações legislativas necessárias, a existência de uma gestão especializada, através de um gestor profissional dentro dos tribunais, dedicado a uma ou a um grupo de circunscrições reúne consenso e satisfação junto dos empresários. Aliás, a proposta para a criação desta figura já tinha sido feita há vários

anos pela PME-Portugal junto do poder político.

A revisão do mapa judiciário é considerada uma das matérias de maior relevância para a reforma da Justiça no acordo político-parlamentar celebrado entre PS e PSD.

O novo sistema que englobará uma nova circunscrição territorial, um tribunal principal, vários tribunais 'sa-

télite' e um novo interveniente na cadeia – o gestor profissional – poderá ser capaz de resolver de vez alguns dos sérios problemas da Justiça portuguesa.

Também parece ser consensual que a tarefa de gestor profissional deverá ser entregue a quem tenha formação em gestão, o que não acontece com os juízes.

As PME's preocupam-se com a eficiência energética?

Um estudo elaborado para a Associação Portuguesa de Energia revelou que as empresas portuguesas inquiridas têm menos hábitos de poupança quando comparadas com as famílias nacionais.

Apenas 11 por cento das empresas que foram alvo do inquérito revelaram ter implementado programas de gestão de energia. E dentro destas, o maior esforço é notório no sector industrial. Provavelmente, porque este terá mais facilidade em adoptar procedimentos de eficiência energética.

O Norte do país apresenta-se como a região onde mais empresas (50 por cento das inquiridas) fazem gestão de energia com o objectivo de baixar os custos.

Certo é que "o sector das

PME's – maioritário na economia nacional – está sensibilizado para a poupança", como sublinha a Direcção da PME-Portugal. "O facto de as PME's terem menos recursos e de não haver muitas alternativas justifica a sua maior dificuldade em poupar".

Aliás, "a liberalização da electricidade, pelo contexto em que se deu, não baixou os preços. Os altos custos da energia face a Espanha continuam a dar desvantagem competitiva às PME's portuguesas".

Segundo a PME-Portugal, "a eficiência energética é uma matéria que preocupa a generalidade das PME's nacionais", até porque, "pela sua própria dimensão, não se podem dar ao luxo de ter facturas energéticas astronómicas".

PME's deixam de estar sujeitas ao regime de licenciamento

As pequenas unidades industriais vão deixar de estar sujeitas ao regime de licenciamento prévio. O anúncio foi feito por Castro Guerra, secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, durante uma sessão na Comissão Parlamentar de Orçamento para debater o Orçamento de Estado 2007.

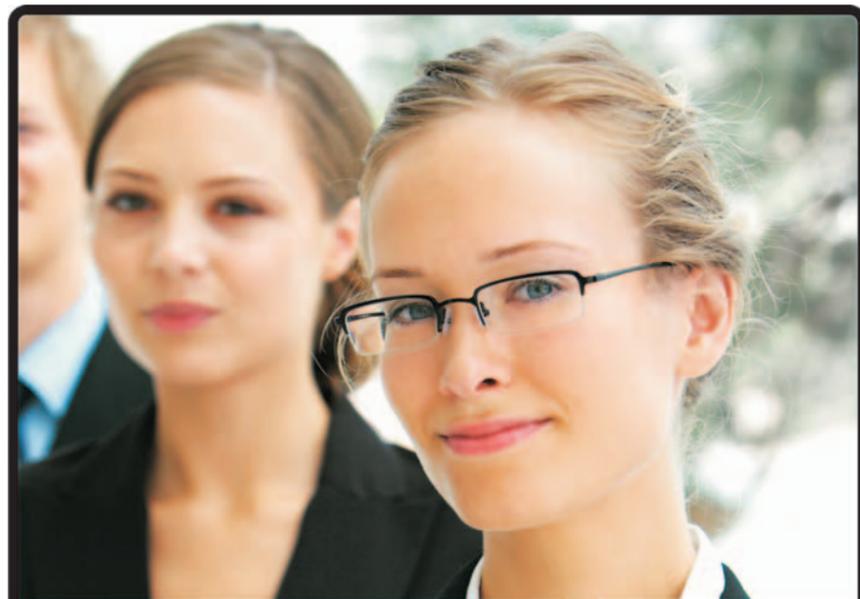
De acordo com declarações do

secretário de Estado, até ao final do mês de Novembro, serão alteradas as regras do licenciamento de pequenas unidades industriais, sendo assim, os empresários das PME passam a assinar uma declaração de compromisso e começam a laborar de imediato.

Castro Guerra salientou, ainda, que o não cumprimento da declara-

ção prévia, implica que os empresários se sujeitem a um pesado quadro de sanções.

A medida surge no âmbito da Empresa na Hora, na qual o secretário de Estado refere que actualmente não faz sentido obrigar os empresários a sujeitarem-se a um processo de espera demorada para abrirem as suas unidades industriais.



EMPREENDER NO FEMININO

MARINHA GRANDE
AUDITÓRIO DA OPEN - ZONA INDUSTRIAL
05 DE DEZEMBRO 2006 | 15h00

ORADORES CONVIDADOS:

- ALMEIDA HENRIQUES
Presidente do Concelho Empresarial do Centro
- JOAQUIM MENEZES*
Presidente do OPEN
- MANUELA MARINHO*
Coordenadora da CIDM
- APRESENTAÇÃO DO ESTUDO "PME'S: OBJECTIVOS DE COMPETITIVIDADE VS RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS RECURSOS HUMANOS"
- TESTEMUNHOS DE EMPREENDEDORAS

associação
pme
portugal

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

Tel.: 707 50 1234
Fax.: 707 50 1235
www.pme.online.pt
info@pmeportugal.com.pt



PEQUENAS EMPRESAS...
GRANDES NEGÓCIOS



CONFERÊNCIAS_PME

EMPRESAS: QUE FUTURO?

ENTRADA GRATUITA, SUJEITA A INSCRIÇÃO

FUNDAÇÃO CUPERTINO
DE MIRANDA | PORTO
13 DE DEZEMBRO 06
15h00

- ORADOR CONVIDADO:
FRANCISCO VAN ZELLER
Presidente da CIP
- NOVAS PRÁTICAS EMPRESARIAIS
Apresentação de exemplos práticos
- PME-PORTUGAL SEGUROS
Como poupar e diminuir riscos

associação
pme
portugal

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

Tel.: 707 50 1234
Fax.: 707 50 1235
www.pme.online.pt
info@pmeportugal.com.pt

FEDER Com o apoio



prime
Programa de Apoio à
Iniciativa de Negócios

PEQUENAS EMPRESAS...
GRANDES NEGÓCIOS